

DESTAQUES

DECISÃO DO STF SOBRE ICMS INTERESTADUAL DEVE COMEÇAR A VALER EM 2022, DIZ FACHIN

Ministro também permitiu o uso de créditos das transferências de mercadorias entre estabelecimentos da mesma empresa
Por Bárbara Pombo, Valor — São Paulo

[Leia Mais](#)

ESTADOS TENTAM ADIAR DECISÃO DO SUPREMO SOBRE ICMS

Corte analisará fim da cobrança nas transferências interestaduais de mercadorias entre empresas do mesmo grupo
Por Bárbara Pombo — De São Paulo

[Leia Mais](#)

JURISPRUDÊNCIA EM FORMAÇÃO

CARTA DE FIANÇA E SEGURO-GARANTIA JUDICIAL DEVEM SER RESSARCIDOS PELO FISCO

Por José Higídio

Os custos com carta de fiança e seguro-garantia em execuções fiscais são considerados despesas processuais. Com esse entendimento, tribunais vêm determinando que o Estado restitua tais gastos aos contribuintes.

[Leia Mais](#)

STJ ADIA A DEFINIÇÃO DA CPRB NO PIS/COFINS

1ª Turma decidiu julgar “tese filhote” em sessão presencial

Como a 2ª Turma já tem decisão contrária à exclusão, se o entendimento na 1ª Turma for o mesmo, o contribuinte fica impedido de recorrer à Seção da Corte.

[Leia Mais](#)

GASTOS COM TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS GERAM CRÉDITOS DE PIS E COFINS

Orientação consta em duas soluções de consulta da Divisão de Tributação da 6ª Região Fiscal da Receita Federal

Por Bárbara Pombo — São Paulo

[Leia Mais](#)

DESONERAÇÃO DA FOLHA

PRESSÃO PARA MANTER DESONERAÇÃO AUMENTA; TRIBUTARISTAS DEFENDEM POLÍTICA PERMANENTE

PL prevê a extensão da medida até o fim de 2026 para 17 setores da economia. Relator quer votar neste mês texto em comissão

MARIANA BRANCO

ÉRICO OYAMA

[Leia Mais](#)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

BARROSO VOTA CONTRA INCLUSÃO DE CONTADOR NAS EXECUÇÕES FISCAIS DOS CLIENTES

O ministro do STF é o relator do caso

Por Joice Bacelo, Valor — Rio

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou que os contadores não podem ser incluídos nas execuções fiscais movidas contra os próprios clientes. Ele é o relator do processo que discute a constitucionalidade de uma lei do Estado de Goiás que possibilita essa prática. O julgamento teve início na manhã de hoje.

[Leia Mais](#)

STF

JULGAMENTO SOBRE LEI DE TRANSGÊNICOS É INTERROMPIDO POR VISTA DE GILMAR MENDES

Questão principal da disputa são os artigos que centralizam na CTNBio a necessidade de licenciamento ambiental

FLÁVIA MAIA

[Leia Mais](#)

STF ABRE BRECHA PARA TRIBUTAÇÃO DE HERANÇA DE FORMA RETROATIVA

Podem ser alvo do Fisco transações já realizadas que não estão sob discussão judicial

Por Joice Bacelo — Do Rio

[Leia Mais](#)

INDÚSTRIA TÊXTIL

STF VAI JULGAR SE FÁBRICAS DE ROUPAS TÊM DE TER ETIQUETAS TAMBÉM EM BRAILE

CNI ajuizou ação de inconstitucionalidade contra uma lei estadual do Piauí que dispõe sobre a obrigatoriedade na etiquetagem

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

[Leia Mais](#)

INFLAÇÃO

AGU PEDE NO STF QUE CONGRESSO REGULAMENTE ALÍQUOTA ÚNICA DE ICMS PARA COMBUSTÍVEIS

Ação é tentativa do Executivo de demonstrar que o governo está agindo para tentar diminuir os valores da gasolina

FLÁVIA MAIA

[Leia Mais](#)

CPI DA COVID

POR DECISÃO DE GILMAR, ESTÁ SUSPENSA QUEBRA DE SIGILOS DA PRODUTORA BRASIL PARALELO

Mais uma decisão da CPI da Covid, que determinava a quebra dos sigilos telemático e telefônico da produtora Brasil Paralelo, ligada aos movimentos bolsonaristas, foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal. A determinação foi tomada na noite de quinta-feira (2/9), pelo ministro Gilmar Mendes, que estendeu a medida até a deliberação do plenário da corte.

[Leia Mais](#)

ALESSANDRO VIEIRA E PSB ACIONAM O STF CONTRA MP DE BOLSONARO SOBRE AS REDES SOCIAIS

Por Isadora Peron e Bárbara Pombo, Valor — Brasília

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) entrou com um mandado de segurança, no Supremo Tribunal Federal (STF), para suspender os efeitos da medida provisória editada pelo presidente Jair Bolsonaro que altera o Marco Civil da Internet. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) também acionou o STF contra a MP. A ação direta de inconstitucionalidade foi protocolada no STF no final da noite de ontem.

[Leia Mais](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIVULGAÇÃO DE MENSAGENS DO WHATSAPP SEM AUTORIZAÇÃO PODE GERAR OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a divulgação pública de conversas pelo aplicativo WhatsApp sem autorização de todos os interlocutores é ato ilícito e pode resultar em responsabilização civil por eventuais danos, salvo quando a exposição das mensagens tiver o propósito de resguardar um direito próprio de seu receptor.

[Leia Mais](#)

JUSTIÇA

AÇÕES COM CAUSAS BILIONÁRIAS CONTRA B3 E BANCO CENTRAL CHEGAM AO STJ

Processos com casos que somam R\$ 30 bilhões estão relacionados à maxidesvalorização do real em 1999

CRISTIANE BONFANTI

BÁRBARA MENGARDO

[Leia Mais](#)

ASSESSORIA DE APOIO A JULGAMENTO COLEGIADO RETOMA TRABALHO PRESENCIAL COM NOVA OPÇÃO DE ATENDIMENTO

A Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado (AJC) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) retomou na última quarta-feira (1º) o funcionamento presencial. Com a finalidade de promover mais segurança aos servidores e jurisdicionados neste momento de pandemia, o setor definiu uma nova forma de interação – o atendimento via Google Meet e WhatsApp, que já era feito na modalidade não presencial.

[Leia Mais](#)

AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. INCLUSÃO DO VALOR DA MULTA CIVIL NO IMPORTE A SER BLOQUEADO. INCIDÊNCIA NAS AÇÕES ANCORADAS NO ART. 11 DA LEI N. 8.429/1992. POSSIBILIDADE. TEMA 1055.

O Superior Tribunal de Justiça, decidiu em sede de recurso representativo da controvérsia que é possível a inclusão do valor de eventual multa civil na medida de indisponibilidade de bens decretada em ação de improbidade administrativa, inclusive nas demandas ajuizadas com esteio na prática de conduta prevista no art. 11 da Lei n. 8.429/1992, tipificador da ofensa aos princípios nucleares administrativos.

REsp 1.862.792-PR, Rel. Min. Manoel Erhardt (Desembargador convocado do TRF da 5ª Região), Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 25/08/2021. (Tema 1055)

Fonte: Informativo 706 do STJ.

ATUALIZAÇÃO DE TESE

MANTER ENCARGOS DO DEVEDOR APÓS DEPÓSITO PREJUDICARIA EXECUÇÃO, DIZ SANSEVERINO

Por Danilo Vital

Para o ministro Paulo de Tarso Sanseverino, o depósito judicial do montante (integral ou parcial) da condenação, na fase de execução, deve de fato extinguir a obrigação do devedor nos limites da quantia depositada, conforme a jurisprudência até agora vigente no Superior Tribunal de Justiça.

[Leia Mais](#)

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PLENO DO TST ANALISA CORREÇÃO DE DÍVIDAS TRABALHISTAS MINISTROS ENTENDERAM QUE STF JÁ DEFINIU O ASSUNTO

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

Uma decisão do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) indica que os ministros seguirão o que foi definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a correção de dívidas trabalhistas. Em dezembro, ficou estabelecido que incide o IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a taxa Selic.

[Leia Mais](#)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

TRIBUTOS

CARF AFASTA TRAVA DE 30% EM CASO ENVOLVENDO EXTINÇÃO DE EMPRESA

Desempate pró-contribuinte mostra que a questão ainda é controversa na 1ª Turma da Câmara Superior

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

TRIBUNAIS DE 2º INSTÂNCIA

É PARA SEMPRE

DIREITOS DE EX DE SÓCIO NÃO PODEM SER EXERCIDOS NA SOCIEDADE EMPRESARIAL

Dois julgamentos recentes da 1ª Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo trataram dos direitos de ex-mulheres de sócios de empresas após o divórcio. O entendimento nos dois casos foi de que tais direitos não podem ser exercidos perante as sociedades empresariais.

[Leia Mais](#)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

NOVINHO EM FOLHA

NOVA VERSÃO DO RENAJUD VAI AGILIZAR LEILÕES DE VEÍCULOS APREENDIDOS

Os veículos apreendidos que lotam os pátios dos departamentos de trânsito em todo o país poderão ir à venda em leilão de forma mais ágil e desburocratizada. A solução para esse gargalo está no WS-RenaJud, versão avançada e atualizada do sistema online de restrição judicial de veículos, lançado durante a prorrogação da parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e os Ministérios da Justiça e de Segurança Pública e da Infraestrutura.

[Leia Mais](#)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

GOVERNO PRORROGA PRAZO DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS A DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA

Depois de definir um reajuste menor do que o necessário para as bandeiras tarifárias, o governo decidiu socorrer as distribuidoras e concedeu às empresas um prazo maior para que recolham impostos. A Medida Provisória editada pelo presidente Jair Bolsonaro permite que o recolhimento da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e das Contribuições Previdenciária referentes aos meses de agosto, setembro e outubro deste ano seja feito apenas em dezembro.

[Leia Mais](#)

MP REDUZ PRAZOS PARA ATUALIZAÇÃO DE COBERTURAS DOS PLANOS DE SAÚDE

ANS terá até 180 dias para analisar incorporação de novos tratamentos

Por Pedro Rafael Vilela - Repórter da Agência Brasil - Brasília

[Leia Mais](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEIA PONTO A PONTO DO TEXTO DA REFORMA DO IR APROVADO PELA CÂMARA

Texto que vai ao Senado prevê IRPJ a 8% e CSLL com redução de 1%; dividendos serão tributados a uma alíquota de 15%

BÁRBARA MENGARDO

FERNANDA VALENTE

[Leia Mais](#)

SENADO FEDERAL

PROJETO QUE ALTERA REGRAS DO IR CHEGA AO SENADO

Projeto de Lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados na quinta-feira (2) e começa a ser discutido pelo Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado

[Leia Mais](#)

REFORMA DOBRA DEDUÇÃO DE EMPRESA COM PATROCÍNIOS

Ajuste mantém receita do entidades apesar de corte no IRPJ

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

[Leia Mais](#)

PEC QUE INCLUI A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA CONSTITUIÇÃO VOLTA PARA O SENADO

A proposta já tinha sido aprovada no Senado em 2019, mas terá de ser analisada novamente pela Casa porque foi alterada na Câmara dos Deputados

PEC 17/2019 (fase 2)

[Leia Mais](#)

SENADO APROVA MP DO DOCUMENTO ELETRÔNICO DE TRANSPORTE

Para o relator, senador Wellington Fagundes, esta medida provisória representa "aquilo que queremos para o país: um estado ágil e sem burocracia"

Jefferson Rudy/Agência Senado

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

RECEITA FEDERAL CAUSA INCERTEZAS NOS CONTRIBUINTES QUE ADERIRAM AO RERCT

A Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, popularmente conhecida como Lei da Repatriação, permitiu que residentes no Brasil, titulares de bens ou dinheiro no exterior não declarados à Receita Federal do Brasil (RFB), regularizassem a sua situação mediante o cumprimento de alguns requisitos, sendo eles: os bens e valores teriam de ter origem lícita; recolhimento do Imposto de Renda (IR) com

alíquota de 15% sobre a importância repatriada, bem como o pagamento de multa de mais 15%. Por outro lado, o contribuinte não responderia por crimes de sonegação fiscal, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

[Leia Mais](#)

COVID-19

COVID-19: EXPORTADOR PODE SER OBRIGADO A RECOLHER TRIBUTOS POR DESCUMPRIR DRAWBACK ENQUANTO NÃO HÁ GARANTIA DE PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS, ESPECIALISTAS APONTAM SOLUÇÃO POR VIA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA

CRISTIANE BONFANTI

BRASÍLIA

A pandemia de Covid-19 abalou o comércio mundial e trouxe um desafio adicional para os exportadores brasileiros. Com fechamento de fronteiras, falta de matérias-primas e restrições à circulação de pessoas e bens, muitas empresas não conseguem cumprir os prazos de exportação do regime aduaneiro especial drawback e, por isso, correm o risco de ter de recolher, com juros e multa de mora, os tributos de que haviam sido desonerados por meio do programa.

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

LGPD COMO INSUMO: DA DESPESA AO CREDITAMENTO

Por Bernard de Albuquerque Mitton Batalha

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entrou em vigor em setembro de 2020 vindicando diversas obrigações e imposições às empresas; desse modo, por ser uma imposição legal (Lei 13.709/2018), as empresas devem cumprir tais determinações, sob pena de sanção.

[Leia Mais](#)

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

MECANISMOS DE SEGURANÇA

NOVA NORMA DO GSI REGULAMENTA ARMAZENAMENTO DE DADOS DO GOVERNO FEDERAL NA NUVEM

Especialistas criticam falta de discussão sobre a instrução normativa e falta de referências à LGPD no conteúdo

JULIANA CASTRO

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui](#).